

## ANÁLISE DO PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL DE MARINGÁ ENQUANTO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANA

Rafaela do Val Alves Taveira (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Antonio Rafael Marchezan Ferreira (Orientador), e-mail: ra112155@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Maringá, PR.

### Ciências sociais aplicadas - Direito

**Palavras-chave:** Conselho Gestor, Democracia Participativa, Cidades

### Resumo:

Esta pesquisa apresenta uma perspectiva da democracia a partir dos Conselhos Gestores, com foco no Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial de Maringá. Assim, identifica na Constituição e em norma infraconstitucional os instrumentos normativos que possibilitam a gestão democrática das cidades e os debatem criticamente. Além disso, expõe uma reflexão filosófica que fundamenta a implementação dos Conselhos Gestores enquanto ferramenta da democracia participativa. A metodologia consiste em leituras, análises de manuais, artigos e livros relacionados ao tema, acompanhadas de anotações, fichamentos e análises de dados. A pesquisa elucida a importância dos Conselhos Gestores na concretização da presença dos diversos atores sociais na tomada de decisões em políticas públicas nas cidades, e os obstáculos que devem ser superados para desenvolvimento da democracia participativa.

### Introdução

A presente pesquisa busca analisar qual o papel dos conselhos gestores dentro da estrutura democrática do país, sua colaboração à democracia participativa nas cidades e impacto na gestão territorial urbana. Apresenta a construção do pensamento que embasa a democracia participativa ao longo da história, desde os filósofos clássicos, desaguando no paradigma da efetiva participação política na contemporaneidade, tendo como base a produção de Avritzer (AVRITZER, 2000). O foco do projeto é voltado ao Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial de Maringá (criado pela Lei Complementar n. 632/2006 – Plano Diretor do Município de Maringá). Assim, investiga-se seu arranjo institucional, suas ações e agentes, além de procurar compreender seu desempenho enquanto instrumento de definição de decisões que impactam na dinâmica das políticas públicas.

A metodologia aplicada nesta pesquisa consiste na realização de leituras de manuais, artigos e livros relacionados ao tema proposto, sendo feita uma análise

atenta e minuciosa destes materiais. Além disso, anotações, fichamentos e análise de dados fizeram-se presentes em toda composição do projeto.

Para tanto, foi elaborada neste trabalho a seguinte estrutura: preliminarmente realiza-se uma abordagem da gestão democrática e participativa nas cidades, na sequência, uma análise a respeito dos Conselhos Gestores enquanto instrumento da política urbana e, sucessivamente, um exame da atual crise na democracia deliberativa em face do governo federal. Ao final foi feita a conclusão e apresentadas as referências bibliográficas.

## **Materiais e Métodos**

A metodologia aplicada na realização desse trabalho compreende leitura de manuais, textos, artigos e livros referentes ao tema da pesquisa, acompanhada de profunda análise desses materiais. Fizeram-se presentes no processo de composição deste estudo anotações, fichamentos e análise de dados.

## **Resultados e Discussão**

Por meio dessa pesquisa foi possível entender historicamente e filosoficamente o processo pelo qual perpassou a gestão das cidades brasileiras e o papel dos conselhos gestores enquanto ferramenta da democracia participativa no contexto urbano. Percebeu-se a importância dos conselhos gestores em relação à participação popular, reivindicada principalmente durante a ditadura militar, momento em que esses organismos representaram os esforços daqueles excluídos do poder dominante em conquistar a participação sobre os recursos e instituições que controlam a vida em sociedade (GOHN, 2006).

A gestão urbana desde o Brasil colônia fora direcionada ao atendimento dos interesses do capital, e até hodiernamente enfrentamos os resquícios dessa política marcada pela exploração. Contudo, fruto de muita luta, os Conselhos Gestores representam uma possibilidade de mudança do rumo da política urbana das nossas cidades. Esse otimismo é fundado em dados que demonstram o funcionamento e a efetividade de vários desses conselhos pelo país, a depender de variantes como o grau de indução federal desses, ao tipo de atos administrativos por eles emanados, qual fase do ciclo de vida do órgão, entre outros fatores, conforme apontam os estudos de Lavalley, Voigt e Serafim (2016).

Porém, se reconhece a necessidade de continuidade da luta em defesa da democracia, pois os ataques autoritários estão cada vez mais presentes no cenário político dos últimos anos. O Decreto nº9.759/2019, por exemplo, ilustra tal caráter antidemocrático do governo atual (BRASIL, 2019).

## **Conclusões**

Nesta pesquisa foi diagnosticada a problemática de como o planejamento urbano se apresenta, desde os últimos séculos, no Brasil, hegemônico e dominado pelos interesses do capital. Recapitulando um pouco da história da democracia participativa no nosso país foi possível entender que esse cenário está mudando, e

que a concretização de uma gestão democrática hoje é fruto de muita luta de diversos movimentos sociais de uma sociedade fundamentalmente plural e diversa. Os Conselhos Gestores surgem como forma de operar a participação dos variados atores sociais das cidades na missão de modelar o município, é um organismo que representa a sociedade civil na gestão urbana (CYMBALISTA, 1999), aproximando assim a/o cidadã/o e a cidade, em contraposição ao modelo hiper centralizado anterior à Constituição de 88, quando as diretrizes fundamentais dos municípios eram ditadas pelo Governo Federal.

Porém, ainda existem alguns obstáculos a serem superados para que seja alcançada efetiva presença da sociedade na constituição dos rumos urbanos, como a equiparação da representação civil e governamental nos Conselhos, a questão da indução da criação desses conselhos e incentivo federal, além de ser imprescindível o trabalho de base que conscientize e envolva a população em questões relativas ao espaço urbano.

## Agradecimentos

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá, à Fundação Araucária e à CAPEs a oportunidade de ter vivido a experiência e o aprendizado de realizar um Projeto de Iniciação Científica, e por proporcionarem um espaço propício para o desenvolvimento científico, tanto individual, como o coletivo. Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Antonio Rafael Marchezan Ferreira, que com muito empenho e muita sapiência me guiou e auxiliou nesse processo de busca e produção de conhecimento. Sou muito grata aos meus pais, que sempre zelaram pelo meu crescimento e que o apoio e orientação foram fundamentais para que eu estivesse, primeiramente, nesse espaço de fomentação científica, e também para que eu conseguisse superar os obstáculos inerentes ao esforço de um projeto de iniciação científica. Agradeço em especial à minha mãe, que carrega o dom e a maestria do saber e da didática próprias de uma Professora, que me conduziu por essa jornada que foi escrever o meu projeto.

## Referências

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública**. In: Lua Nova nº 49, 2000.

BRASIL. DECRETO Nº9.759/2019. **Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal**. Publicação DOU 11.04.2019, a. Brasília, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm) Acesso em 29/12/2021

CYMBALISTA, Renato. **Conselhos de desenvolvimento urbano**. Instituto Pólis, DU n.º 137, São Paulo SP, 1999.

31º Encontro Anual de Iniciação Científica  
11º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



10 e 11 de novembro de  
**2022**

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública.** Ciências Sociais Unisinos, v. 42, n. 1, p. 5-11, 2006

LAVALLE, Adrian; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que Fazem os Conselhos e Quando o Fazem? Padrões Decisórios e o Debate dos Efeitos das Instituições Participativas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, nº 3, 2016, p. 609-649.